PRÓ INCLUSÃO
Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

NEWSLETTER

FEVEREIRO (2ª QUINZENA) Nº81

Editorial

É muito gratificante saber que o Conselho Nacional de Educação publicou, depois de aprovar por unanimidade, um relatório em que analisa o fenómeno das reprovações. Muito já se tinha vindo a dizer e a comprovar sobre esta matéria, mas é muito positivo que o órgão consultivo mais qualificado do país venha assumir uma posição tão unânime e afirmativa.

A publicação deste relatório esclarece vários pontos. Antes de mais, que as reprovações não têm nada que ver com a exigência do sistema educativo. Os sistemas educativos exigentes, aqueles que procuram sinceramente cumprir a missão para que foram criados, são aqueles que mais apoiam os alunos que evidenciam dificuldades. Os relatórios internacionais mostram que os países que têm melhores resultados educativos são também aqueles que mais apoio prestam aos alunos com dificuldades e em que a diferença entre os bons alunos e os maus alunos é menor. Assim, o que as reprovações evidenciam é um sistema que negligencia as dificuldades dos alunos e que, ingenuamente, confunde exigência com carência de apoios. Sempre me lembro da história verídica de um professor que, depois de se vangloriar que reprovava muitos alunos, pensando que com isto se promovia junto dos seus colegas, ter ouvido de um deles: "O colega tem muita sorte por ensinar em Portugal: se fosse nos Estados Unidos, ao reprovar essa percentagem de alunos, era despedido por incompetente".

Há, pois, uma confusão sobre o real significado das reprovações: onde alguns veem o toque de qualidade, outros – incluindo o Conselho Nacional de Educação – veem uma situação embaraçosa e injusta. Perseguir a excelência sem apoiar efetivamente os alunos com dificuldades é uma posição que mostra ignorância sobre o que são os desafios atuais da Educação e, sobretudo, sobre a forma como é possível que a Educação vença as desigualdades.

Tornou-se óbvio que as repetências são injustas e despesistas. São injustas porque, quase sempre, acontecem em consequência de não terem sido tomadas atempadamente medidas que evitassem ter de se chegar à situação de reprovar o aluno. O aluno acaba assim por representar o "elo mais fraco", isto é, aquele que arca com as consequências por outras instâncias não terem assumido as suas responsabilidades. É ainda injusta porque, apesar de o aluno poder ter a aprovação em certas disciplinas, a reprovação obriga-o a repetir todas, mesmo aquelas em que ele foi aprovado, o que constitui uma punição mesquinha. É injusta ainda porque a reprovação não prevê que se identifiquem e se procurem resolver as causas da reprovação: a simples "repetência" (termo muito elucidativo…) resolveria a questão. Por fim, é ainda injusta porque os seus efeitos vão muito para além da procura da aprendizagem: sabemos que a repetência é um processo humilhante, que desmotiva, que aumenta a probabilidade de o aluno repetir de novo e incrementa a possibilidade de o aluno abandonar precocemente o sistema de ensino (aspeto em que Portugal – inerentemente – é triste exemplo).

PRÓ INCLUSÃO
Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

NEWSLETTER

FEVEREIRO (2ª QUINZENA) Nº81

Editorial (cont.)

A reprovação é também um modelo despesista. Avalia-se em cerca de 4.000 euros o custo de cada repetência (gastos per capita de um ano de ensino). Se tomarmos o número de 150.000 reprovações anuais, chegamos, por alto, ao valor de 600 milhões de euros. Isto sem contar com todas as outras despesas inerentes à repetência. Ora, não seria muito mais lógico, útil e justo que se investisse este dinheiro e o mais que fosse preciso de forma a apoiar estes alunos de modo a que eles não reprovassem? Levanta-se por fim a questão: se este processo é tão injusto, ineficiente e deseducativo, porque é que ele permanece? A resposta é complexa porque para ela concorrem muitos níveis de explicação. Pode-se avançar com dois que talvez sejam mais determinantes. O primeiro é que vivemos tempos de políticas conservadoras em Educação. O temor quase psicanalítico de "os alunos passarem sem terem aprendido" acaba por justificar as reprovações em nome de uma ideia irreal de qualidade. Em segundo lugar, só será possível diminuir drasticamente as reprovações provendo a escola de meios de apoio à aprendizagem, nomeadamente professores de apoio, professores de Educação Especial, outros técnicos e recursos de apoio a uma aprendizagem personalizada. Se estes apoios não chegarem à escola, se continuarmos a reduzir o número de professores, de apoios e de recursos, não há outra possibilidade que não seja a de continuar a separar os alunos em "bons" (que passam) e "maus" (que reprovam). O problema é que esta separação, para além de injusta, liga o temporizador de uma bomba social que irá tornar as nossas sociedades ainda mais desiguais, injustas e conflituosas. A reprovação constitui uma mensagem muito clara de que a Educação não é justa para todos. A expressão popular é muito feliz: reprovar é levar um tiro de chumbo como os coelhos e as perdizes. Não será possível oferecer nada de melhor aos 35% de jovens portugueses que aos 15 anos já levaram pelo menos uma vez um tiro destes?

David Rodrigues

Presidente da PIN-ANDEE

Informação– DESTACAMENTO PIN-ANDEE

Caros Associados

O apoio técnico e pedagógico à nossa associação tem sido assegurado, no âmbito de um protocolo assinado com o Ministério de Educação por um docente em regime de destacamento. Como é sabido, para que um docente possa ser destacado deve pertencer ao quadro de escola de um agrupamento. A colega que nos últimos 2 anos apoiou a nossa associação, Dídia Lourenço, tem intenção de regressar ao seu agrupamento de origem.

Ainda que sem uma garantia da renovação deste destacamento gostaríamos de auscultar junto dos nossos associados o interesse de poderem vir a desempenhar funções técnico pedagógica na nossa associação (Quinta da Arreinela de Cima - Almada).

Qualquer demonstração de interesse deverá ser enviada para proandee@gmail.com

O Presidente da ANDEE

David Rodrigues

Informação – Tomada de Posse Órgãos Sociais

No dia 10/01/2015 o presidente da Assembleia-geral cessante conferiu posse aos corpos gerentes eleitos a 22/11/2014 para o triénio 2015/2018.

Assembleia-geral:

Presidente – Joaquim Colôa Dias.

Vice – presidente: Humberto Cecílio Pereira Viegas

Secretário – Ana Maria Lopes Reis Ferreira

Direção:

Presidente – David António Rodrigues

Vice-Presidente – Fátima Maria Pereira Craveirinha

Tesoureiro – Elvira Cristina de Oliveira Marques da Silva

Secretário – Helena Maria Lourenço Assim Patrão Neves

Secretário – Ana Rosa Duarte Pires da Trindade

Vogal – Isabel Fernandes Lopes

Vogal – Maria Leonor Flauzino de Brito

Conselho Fiscal:

Presidente – António Vieira Ferreira

Vogal –.Alcinda Margarida Casimiro de Almeida

Vogal –Nelson David Ferreira Santos

Notícias da ANDEE

O Centro de Formação **Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (CF-PIN-ANDEE)** está certificado como entidade formadora pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua com registo CCPFC/ent-0312/11 e tem como missão promover, organizar e gerir ações de formação dirigidas aos docentes e a todos os profissionais que desenvolvem a sua ação no domínio da Educação Especial e Inclusiva.
O plano de formação 2014/2015 pode ser consultado em:
http://cfpinandee.weebly.com/

Ações de Formação a decorrer (25 horas– 1 crédito):

Ação de Formação	Formador	Local
Dificuldades de Aprendizagem Específicas: Dislexia, Disortografia e Discalculia	Dr. Jorge Humberto	Escola Secundária de Sacavém– SACAVÉM
Pedagogias Expressivas em Educação Inclusiva	Professora Doutora Luzia Lima-Rodrigues	EB 2 3 Anselmo de Andrade ALMADA
Pedagogias Expressivas em Educação Inclusiva	Professora Doutora Luzia Lima-Rodrigues	Escola Secundária António Damásio– OLIVAIS
Educação Especial: Supervisão e Intervenção	Professor Doutor David Rodrigues	Escola Secundária Garcia de Orta– PORTO

Ações de Formação a iniciar brevemente (25 horas– 1 crédito):

"Educação Cognitiva: Introdução aos Programas de Aprender a Pensar"- LISBOA

Local: Agrup. De Escolas General Humberto Delgado– St António dos Cavaleiros (25 h 1 U.C)

Meses	Dias	horário
março	2; 9; 16 março	18h00 – 21h30
março	7	09:30-13:00 14:00-18:00
abril	13	18h00 – 21h30
abril	20	18h00 – 22h00

Esgotada

Notícias da ANDEE (cont.)

"Currículos Específicos Individuais em Contextos Inclusivos
Local: Escola Secundária de Sacavém—**LISBOA** (25 h 1 U.C)
Formadora: Dra Ana Maria Ferreira

Esgotada

Meses	Dias	horário
março	2	16:30h- 20.30h
abril	27	16:30h- 20.30h
maio	4;11	16:30h- 20.30h
maio	18;25 maio	16:30- 21:00h

"Adequação do processo ensino-aprendizagem a alunos com NEE"
Local: Escola Superior de Educação—**COIMBRA**(25 h 1 U.C)
Formadora: Dra Ana Maria Ferreira

Esgotada

Meses	Dias	horário
abril	11	10:00h– 13:00h 14:30h– 17:30h
maio	9;16	10:00h– 13:00h 14:30h– 17:30h
junho	6	10:00h– 13:30h 14:30h– 17:30h

"Dificuldades Específicas de Aprendizagem: Dislexia, Disgrafia e Discalculia"
Local: Agrupamento de Escolas Alpendorada —**PORTO** (25 h 1 U.C)
Formadora: Dr. Jorge Humberto Nogueira

Esgotada

Meses	Dias	Horário
abril	10	18:00– 22:00
abril	11	9:00-13:00 14:00-18:00
abril	17	17:00h - 22:00h
abril	18	9:00-13:00 14:00-18:00

Meses	Dias	Horário
maio	8	18:00– 22:00
maio	9	9:00-13:00 14:00-18:00
maio	22	17:00h– 22:00h
maio	23	9:00-13:00 14:00-18:00

Notícias da ANDEE (cont.)

VII Ciclo de Sábados– LISBOA

CICLO DE SÁBADOS VII - FALANDO COM QUEM FAZ				
Sábados	**Local**	**Dinamizador/ Organizador**	**Convidados**	**Tema das sessões**
15 nov 2014 10h-13h	Escola Básica S. Vicente de Telheiras	Isabel Lopes	António Nogueira– MEC	**Parcerias** Rede de Bibliotecas Escolares- Plano Nacional de Leitura e a Direção de Serviços da Educação Especial e Apoios Sócioeducativos Projeto -"Todos juntos podemos ler"
10 jan 2015 10h-13h	Escola Básica S. Vicente de Telheiras	Ana Ferreira	Fernanda Rocha e Sandra Morgado Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal - Rio Maior	**Transição pós-escolar** "Aprendizagem para a Vida"
7 fevereiro 2015 10h-13h	Escola Básica S. Vicente de Telheiras	Leonor Brito	Equipa da Unidades de Autismo- AE D. Nuno de Santa Maria - Tomar	**Modalidades específicas de educação** "Autismo e Inclusão"
7 março 2015 10h-13h	Escola Básica S. Vicente de Telheiras	Helena Neves	Helena Brites AE Marinhas do Sal - Rio Maior	**Medidas educativas—Estratégias para APP** Musicoterapia
11 abril 2015 10h-13h	Escola Básica S. Vicente de Telheiras	Fátima Craveirinha	ELI Moita	**Intervenção Precoce** **"Caminhar Caminhando"**

Já decorreu

Já decorreu

Já decorreu

Ainda se pode inscrever para as sessões de 7 fev/7 mar/11 abr

Local: Escola Básica S. Vicente de Telheiras - Rua Fernando Namora 1600 - 454 Lisboa
Este ciclo de sábados é **gratuito para os associados com quotas regularizadas**. Para os não associados o valor é de 10€ por cada sábado.

O ciclo de sábados está acreditado pelo **Conselho científico-pedagógico da formação contínua** com o **registo CCCPFC/ACC69213/12** (0,6 créditos –15 horas).

Notícias da ANDEE (cont.)

VIII Ciclo de Sábados– PORTO

CICLO DE SÁBADOS VIII - FALANDO COM QUEM FAZ				
Sábados 10h-13h	**Local**	**Dinamizador/ Organizador**	**Convidados**	**Tema das sessões**
21 fev	Auditório da Escola Secundária Garcia de Orta	Alcinda Almeida Olga Sá	Alcinda Almeida	**Medidas Educativas – Apoio Pedagógico Personalizado**
7 Março	Auditório da Escola Secundária Garcia de Orta	Alcinda Almeida Olga Sá	Associação de Surdos do Porto	**Modalidades específicas de educação: educação bilingue de alunos surdos**
18 Abril	Auditório da Escola Secundária Garcia de Orta	Alcinda Almeida Olga Sá	Sara Ribeiro	**Transição para a vida ativa**
9 Maio	Auditório da Escola Secundária Garcia de Orta	Alcinda Almeida Olga Sá	ELI de Gaia Henrique Das Neves	**A Intervenção Precoce na Infância**
6 Junho (a confirmar)	Auditório da Escola Secundária Garcia de Orta	Alcinda Almeida Olga Sá	A confirmar	**Cooperação e parcerias**

Já decorreu

Local:
Escola Secundária **Garcia de Orta**, na Foz - junto à Univ. Católica

Este ciclo de sábados é **gratuito para os associados com quotas regularizadas**. Para os não associados o valor é de 10€ por cada sábado. O pagamento é efectuado por transferência para o NIB 003601069910004232974 mediante o envio do respectivo comprovativo para o e-mail: cfproandee@gmail.com

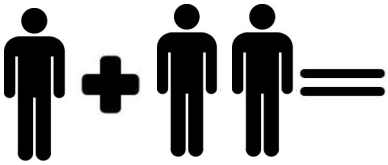
O ciclo de sábados está acreditado pelo **Conselho científico-pedagógico da formação contínua** com o **registo CCCPFC/ACC69213/12** (0,6 créditos –15 horas).

Inscrição através do link: **http://cfpinandee.weebly.com/inscriccedilatildeo-no-viii-ciclo-de-saacutebados.html**

Notícias da ANDEE (cont.)

CAMPANHA NOVOS SÓCIOS

Venham +2



quota 2015
Grátis
(SÓCIO proponente)

Os Associados que trouxerem mais dois sócios para a ANDEE usufruem da **gratuitidade da quota de 2015.**

Os novos sócios, com inscrição nas condições da campanha, recebem uma edição, anterior à sua adesão, da Revista Educação Inclusiva.

Como usufruir das condições da campanha?

- Os novos Associados, recomendados pelos sócios atuais, devem aceder a

http://proandee.weebly.com/ (separador "*A Associação*"- "*Condições para se tornar sócio*"- "*Ficha de Inscrição para se tornar sócio*"). Nessa ficha, no campo "*Novo sócio recomendado pelo Associado:*" devem colocar o nome do Associado que recomendou e que irá beneficiar da gratuitidade da quota de **2015**.

NÃO PERCA ESTA OPORTUNIDADE!

Notícias da ANDEE (cont.)

CONGRESSO MUNDIAL

Aula Magna da Universidade de Lisboa

LISBON ISEC2015 Equity and Inclusion | JULY 26th 29th

PRÓ INCLUSÃO Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

nasen Helping Everyone Achieve

A Pró-Inclusão - Associação Nacional de Professores de Educação Especial / Portugal (PIN -ANDEE) , e National Association For Special Educational Needs/UK (NASEN) UK estão a organizar o "8th Inclusive and Supportive Education Congress"- ISEC2015 Lisboa.

Foram submetidos para aprovação mais de 500 trabalhos (Comunicações orais, posters, simpósios e vídeos) de investigadores de 30 países.

A 1ª fase de inscrições (enquanto participante) decorre entre **1 de fevereiro e 1 de março de 2015**.

Para mais informações consulte:

http://isec2015lisbon.weebly.com/

Notícias dos Outros...

CICLO DE PALESTRAS PARA A INCLUSÃO

2 MARÇO | 18h00 às 20h00 | Escola Secundária de S. João do Estoril
Doutor Joaquim Coloa

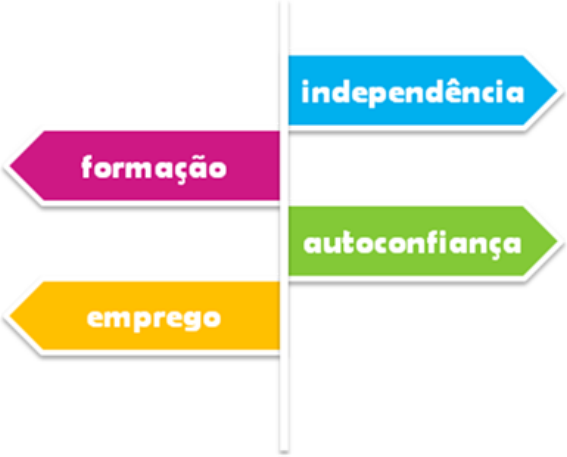
Mais informações em:
http://www.cm-cascais.pt/projeto/malha

Apresentação Pública do Estudo Avaliação das Políticas Públicas – Inclusão de Alunos Com Necessidades Educativas Especiais: o caso dos Centros de Recursos para a Inclusão

A **Direção-Geral da Educação** vai realizar uma Sessão Pública de Apresentação do Estudo Avaliação das Políticas Públicas – Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais: O Caso dos Centros de Recursos para a Inclusão, no auditório do **Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira, em Lisboa, no dia 4 de março de 2015, das 14:00H às 17:00H**.

Notícias dos OUTROS (cont.)

Workshop
PEA: Estimular a autonomia na transição para a vida adulta



CADIn Setúbal
14 de março| 14h00 – 18h00

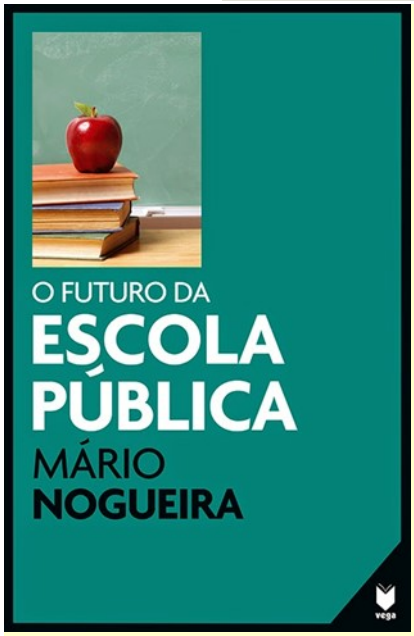
CADIn Cascais
28 de março| 14h00 – 18h00

Inscrições
congressos@cadin.net

Mais Informações

Site Oficial http://viicongressoneurocienciaseducacaoespecial.wordpress.com
Facebook https://www.facebook.com/CongNeuroEdEspecialPsicoSoma

SUGESTÃO DE LEITURA



O FUTURO DA ESCOLA PÚBLICA

Mário Nogueira

Editora: Nova Vega (2014)

Livro inserido na coleção futuro, da Editora Vega, onde o objetivo é analisar questões temáticas prementes, com o intento de uma antevisão de um futuro próximo.

Neste título dedicado à Escola Pública, o autor refere, como escreve no inicio da obra e no termo de encerramento da mesma, que não se trata de uma obra científica, inscreve-se, antes num relato da experiência vivida do conhecido Coordenador do SPRC e Secretário Geral da FENPROF.

Num discurso que lhe é próprio, escreve em pequenos capítulos o que em sua opinião considera como estragos na educação. Constitui-se como um escrito acusatório das medidas politicas, em muitos casos, referidas como opções prioritariamente económicas, ao longo das diversas legislaturas, que têm prejudicado não só a afirmação da escola pública, como paralelamente a vida social. O seu relato aborda as várias dimensões da escola pública, como é o caso da educação de infância, o rumo do ensino básico e da escolaridade obrigatória, questões sociais com repercussões no ensino secundário e superior, passando pelas respostas escassas no apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais e na educação ao longo da vida. De forma incisiva explana o futuro dos professores e investigadores, da sua importância social, do descrédito que têm sido alvo por da parte dos governos e dos efeitos colaterais dessas políticas, quer na escola pública como no ensino privado. Paralelamente refere as crises de desemprego e efeitos colaterais para as famílias, passando pelas controvérsias políticas de concursos e colocações e suas consequências.

Identifica algumas causas negativas das medidas politicas como a elegibilidade de financiamentos e imposições superiores referindo que "*A ausência de rumo em função de um objetivo estratégico definido internamente também fragiliza a posição nacional no momento de negociar apoios, ficando o país dependente das prioridades que outros definem*" (pág. 17). Uma citação de António Novoa, (pág. 18) a propósito da equidade de acesso não é esquecida: "*O pior que nos podia acontecer seria uma inclinação das escolas públicas para missões sociais e uma inclinação das escolas privadas para missões de aprendizagem. Esta fratura, esta divisão, poria em causa o sentido último da Escola Pública e a sua ação nas sociedades contemporâneas.“*

Aborda as diferentes legislaturas de alguns dos ministros de educação, o perigo das "aprendizagens mensuráveis" (pág. 29), a fragilidade da escola pública e a sua privatização (pág. 36). Enumera as várias brechas na educação realizadas pelos diversos governos e o sentimento de descontentamento atual dos professores (pág. 42).

SUGESTÃO DE LEITURA

A transferência de responsabilidades para o nível local (pág. 44) e a autonomia da escola (pág. 47) constituem-se como pontos críticos onde a escola, como o próprio refere "*não basta ser pública*" com necessidade de alteração de politicas (pág. 50/51).

Perspetiva um futuro com competências de financiamento (pág. 54 e 55), enfatizando o polémico encerramentos de escolas (pág. 59 e 60); "*Importa corrigir erros cometidos e que puseram em causa, inúmeras vezes, o interesse pedagógico, bem como os interesses das populações"* (pág. 61), salientando neste campo as desvantagens do papel administrativo que prevalece sobre o pedagógico (pág. 63).

"*Só uma organização (...) que assuma claramente a escola e não a confunda com uma empresa, restituirá a capacidade de responder às solicitações e exigências a que, de forma crescente, está sujeita*" (pág. 64), evocando neste âmbito a dificuldade da autonomia "real" das escolas quando o decisor final é o próprio ministério.

Educação para todos e inclusiva é o capítulo onde aborda a Lei 3/2008, referente à educação especial, a implementação e efeitos da CIF, a polémica portaria 275 referindo "*a necessidade da escola dar respostas diferenciadas a alunos também eles diferentes"*, a esse propósito e criticando quem considera a inclusão como facilitista, cita David Rodrigues num artigo publicado no jornal Público a 9 outubro de 2013 "(...) *a presença de alunos com necessidades educativas especiais em escolas regulares (..) é um direito de todas as crianças, não só as crianças com NEE têm direito a ser educadas com os seus colegas sem NEE, como os alunos sem NEE têm direito a não ser privados do conhecimento, do convívio e da interação com os seus colegas que têm dificuldades. A Educação Inclusiva permite a todos os alunos um alargamento dos seus horizontes ao nível das relações humanas, da socialização e da aprendizagem"* (pág. 68).

Aborda a questão das saídas profissionais e currículos "*num quadro de compreensão das diferenças e de diferenciação na sua ação pedagógica*" (pág.69). A este propósito menciona ainda a intervenção de um aluno no Debate na Assembleia da República sobre cursos "vocacionais" remetendo para a oferta curricular sem oferta universal, os exames e metas curriculares (pág. 74 e 75).

Ao nível de alternativas com vista para o futuro, apresenta o que sobejamente é conhecido pelos intervenientes educativos, como não sendo viável para a escola pública, apresentando os aspectos negativos de algumas questões gerais (número de professores, mega-agrupamentos, avaliação desajustadas a alunos e docentes). Apresenta também algumas intervenções que considera fundamentais para modificar a escola publica, algumas prendem-se, obviamente com a Educação Especial. Algumas sugestões, que eventualmente, em minha opinião, poderão no entanto não ser consensuais. Por isso mesmo, e porque é sobejamente do conhecimento do cidadão comum em como se tem desinvestido na educação, urge um debate real para uma modificação global da escola. Não só nas politicas governamentais como nas ações diretas de todos os envolvidos, sindicatos, docentes e da comunidade em geral. Nesse sentido considero este livro como um contributo oportuno, não estanque, para debate e reflexão em torno de questões que se relacionam com o sistema educativo, enquadrado na Constituição da República.

Elvira Cristina Silva